

RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA UGT

PRR - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA:

**AO SERVIÇO DA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA, DO EMPREGO E DOS TRABALHADORES
COM O ENVOLVIMENTO, A SÉRIO, DOS PARCEIROS SOCIAIS**

Depois de uma versão provisória apresentada em Outubro e de negociações com a Comissão Europeia, o Governo vem colocar à discussão pública uma nova versão preliminar da síntese do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tendo em vista definir um programa de investimentos e reformas de curto e médio prazo que responda aos impactos da pandemia e que assegure a recuperação e a resiliência da sociedade e da economia.

A UGT saúda a decisão do Governo de submeter esta nova versão do PRR a consulta pública, ainda que o período para esta seja demasiado curto, mais curto inclusivamente que o inicialmente referido pelo Primeiro-Ministro.

A UGT espera que a urgência do Governo para submeter o Plano a Bruxelas não resulte em prejuízo de uma efectiva participação dos parceiros sociais e da sociedade civil, e que o documento final incorpore os contributos e resultados desta consulta, garantindo o desenho e a implementação de uma estratégia mais equilibrada e coesa, que todos sintam como sua.

A UGT regista que esta nova versão apresenta algumas evoluções face à versão inicial, nomeadamente sustentadas na introdução e/ ou reforço em algumas áreas importantes (como no caso da Saúde), uma maior concretização da política de investimentos e dos seus objectivos, e numa análise mais detalhada sobre a articulação entre os vários instrumentos financeiros (como o QFP) e as várias agendas de desenvolvimento europeias em curso.

É positivo que o documento procure – ainda que nem sempre com sucesso - evidenciar a coerência entre elas e a forma como devem contribuir para o desenvolvimento futuro.

A UGT salienta que se revê em muitas das prioridades enunciadas e nas áreas, investimentos e projectos do Plano, tais como:

- **A melhoria das qualificações dos trabalhadores,**
- **A gestão das reconversões industriais,**
- **A habitação,**
- **E um conjunto de outras respostas sociais (como as dirigidas à infância e velhice).**

Contudo, este documento parece de alguma forma esquecer que Portugal tem fragilidades e bloqueios estruturais de longa data, em muitas áreas, os quais a pandemia apenas veio agravar e/ou tornar mais visíveis, e mantém traços de desequilíbrios, quando analisado do ponto de vista de estratégia de resposta aos efeitos da pandemia. **Assim, entendemos que é preciso ir mais longe nalgumas áreas, por exemplo:**

- A valorização dos rendimentos dos portugueses,
- O emprego de qualidade para todos,
- A educação digital para todos,
- Um efectivo e generalizado combate à pobreza e às desigualdades,
- Uma Administração Pública dotada de recursos humanos e condições em geral suficientes para que possa cumprir as funções essenciais do Estado,

são desafios de médio e longo prazo, mas são igualmente questões urgentes que condicionam o bem-estar das pessoas e a recuperação económica, não podendo, por isso, continuar a ser adiadas.

De igual modo, a UGT deve destacar a necessidade de instrumentos mais robustos e transversais em resposta aos desafios da valorização do interior do território, de modo a dar passos determinantes para uma efectiva coesão social e territorial.

Questões como os incentivos à criação de empregos e empresas, a disponibilização de serviços públicos de qualidade a todos acessíveis, uma adequada rede de transportes que permita a mobilidade dos trabalhadores e ainda a promoção de um quadro fiscal que incentive a atractividade e retenção de pessoas/empresas para regiões mais fragilizadas são matérias que devem merecer especial atenção no quadro deste PRR.

Este Plano deveria estar bastante mais focado nas pessoas, mesmo que tal implique deixar alguns projectos/ tipologias para momentos futuros e para outros tipos de financiamento.

Reiteramos assim que importa não deixar para trás desafios ainda não ultrapassados, fazer as reformas (em sentido amplo) necessárias, e **não ceder à tentação de usar recursos nas áreas em que é mais fácil justificar despesa do que naquelas onde há reais necessidades**, devendo ser respeitado o princípio da adicionalidade.

Devemos construir uma estratégia que, integrando respostas e medidas mais imediatas e de emergência, possa ainda assim criar igualmente condições para fazer face a desafios de mais longo prazo, promovendo um crescimento económico mais forte e mais inclusivo.

O PRR encontra-se organizado em torno de três dimensões estruturantes estabelecidas pela Comissão Europeia - a transição energética, a transição digital e a resiliência, com um envelope financeiro de 13,9 milhões de euros em subvenções e de 2,7 mil milhões em empréstimos.

O PRR assenta em 19 Componentes que pretendem dar concretização às três dimensões em causa, prevendo que 47% das verbas tenham como fim a sustentabilidade ambiental, enquanto 38% visam a transformação digital, acima dos requisitos de Bruxelas (37% e 20% respectivamente).

Estes dados, sendo impactantes, não deixam de suscitar alguma apreensão.

Desde logo, e sobretudo, quanto às reais relevância e peso atribuídos à dimensão social desta estratégia, sabendo que as respostas sociais se encontram maioritariamente na dimensão da resiliência.

Depois, porque nos parece que muitos dos objectivos estruturais para um País como o nosso poderão vir a ser secundarizados face às novas prioridades de investimento da UE, nas quais todos os Estados-membros são objecto de idêntico tratamento.

E tal opção poderá revelar-se tão mais desadequada quanto mais ambiciosos formos a cumprir ou a exceder as metas da UE.

A UGT deve ainda referir que considera que a opção do Governo Português de aceder a financiamento europeu por via apenas de subvenções, sendo conservadora, poderá revelar-se adequada face aos receios de uma eventual e indesejável mudança de políticas (*contracíclicas vs. austeridade*), à semelhança do que se verificou na anterior crise.

Valorização dos rendimentos

A UGT relembra que um dos vectores da Visão Estratégica apresentada pelo Prof. António Costa Silva era a **rejeição de um modelo económico de baixos salários**, que tem constituído a lógica empresarial do nosso País. Porém, **alterar esse modelo exige medidas e respostas concretas que não se vislumbram neste documento.**

Entendemos que este seria o momento para não continuar a adiar a discussão e uma intervenção sobre:

- **A valorização e melhoria dos rendimentos do trabalho;**
- **A valorização das qualificações;**
- **A promoção da justiça fiscal e do desagravamento da tributação sobre o trabalho, avançando para um sistema fiscal adequado aos desafios económicos e sociais;**
- **A dinamização da negociação colectiva.**

O reforço dos rendimentos do trabalho e uma mais justa distribuição da riqueza são não apenas essenciais para o nosso modelo de desenvolvimento e o bem-estar das pessoas, mas para garantir uma das bases fundamentais para sair da crise, o reforço do consumo interno e confiança.

Aposta no emprego de qualidade e nas qualificações

Os desafios ambientais, energéticos e da globalização, bem como os impactos da recente crise pandémica, acentuaram a necessidade de avançarmos, decisivamente, para um mercado de trabalho com mais e melhores empregos, com empregos permanentes e com melhores qualificações para todos os trabalhadores.

A elevada precariedade do nosso mercado de trabalho tem não só consequências negativas nas condições de vida dos trabalhadores, como condicionam, e travam, a recuperação económica, o consumo, o investimento e a própria inovação, podendo comprometer uma estratégia de crescimento como a que é desenhada neste Plano.

Esta matéria deve ser claramente reforçada neste PRR.

Registamos positivamente a inclusão da referência à Agenda do Trabalho Digno, muito embora sejam insuficientes as medidas e projectos que a concretizam.

A UGT saúda que o documento reconheça o papel dos Parceiros Sociais, mas não chega remeter estas questões para a concertação social, quando o Estado tem também responsabilidades específicas nesta matéria.

As políticas activas de emprego têm um papel importante nesta fase crítica em que nos encontramos, devendo também elas serem um instrumento para a promoção de emprego de qualidade e estabilidade de vínculos laborais. Nesse sentido, afigura-se-nos importante o enfoque dado à promoção de emprego estável nas políticas de criação de emprego, ainda que com um valor do Investimento aquém do necessário, atendendo à real situação do mercado de trabalho.

Alertamos ainda para a necessidade de reforçar as PAE dirigidas a grupos especialmente atingidos pela crise e pelo desemprego, como os jovens, as mulheres, os trabalhadores menos qualificados e os migrantes.

Alerta-se ainda para a necessidade de assegurar um maior envolvimento dos parceiros sociais, nomeadamente os sindicais, como actores inultrapassáveis no desenho das políticas de formação profissional e das políticas activas do mercado de trabalho.

Ainda em matéria de qualificação dos trabalhadores, consideramos que este seria o momento para estimular também os trabalhadores para a formação (não apenas as empresas), **nomeadamente por via dos cheques-formação para trabalhadores.**

Construir um sistema de protecção social mais inclusivo e justo.

Combate à pobreza e desigualdades

Saudamos a inclusão de um conjunto de intervenções e respostas sociais, integradas essencialmente na dimensão resiliência, em áreas importantes como a Saúde, a Habitação, o envelhecimento activo ou ainda o combate à pobreza.

Contudo, também nesta matéria, entendemos que o PRR deve ir mais além no que concerne à construção de um sistema de **protecção social inclusivo, que não deixe ninguém para trás.**

A crise veio colocar em evidência as nossas fragilidades em termos de respostas sociais e a necessidade de construir soluções imediatas e transitórias. Mas tais fragilidades convocam o País a daí retirar as devidas ilações, quanto à necessidade de criarmos um sistema permanente e sustentável que disponha de instrumentos sociais para os trabalhadores, famílias e empresas em futuros momentos de choques económicos e sociais.

No que concerne a um domínio importante contemplado neste PRR – o combate à pobreza – não nos parece aceitável que, num quadro em que se agravam as taxas de risco de pobreza para os pensionistas, esta questão não seja equacionada no documento.

Também não compreendemos **que a única intervenção específica de combate se oriente para a pobreza das áreas metropolitanas, quando são bem conhecidas as situações de pobreza em regiões do interior do País.**

A UGT não pode deixar de salientar que o agravamento das situações de pobreza é já bem visível no quadro desta crise e das opções de política, assumidas pelo Governo, que passaram, por regra, pela redução dos rendimentos dos trabalhadores e cujos impactos serão tao mais graves quanto maior for a duração da crise. **Assim, o combate à pobreza – enquanto**

estratégia transversal e inclusiva – tem de avançar, desde já, com intervenções fortes e com recursos adequados.

Modernizar, reforçar e rejuvenescer a Administração Pública

Esta crise veio demonstrar, uma vez mais, a importância do Estado e dos serviços públicos nas respostas imediatas e extraordinárias à crise de saúde pública e à mitigação dos seus impactos económicos e sociais.

O PRR elege como uma das suas componentes a melhoria da Administração Pública, visando melhorar as suas qualidade, resiliência e abrangência, aproximar a AP dos cidadãos e das empresas e criar condições mais propícias ao funcionamento da economia, prevendo um conjunto de projectos e de iniciativas, em áreas como a justiça, a digitalização da AP, a educação e a saúde, a qualificação dos trabalhadores, entre outras.

Partilhamos, na generalidade, os objectivos enunciados pelo Governo, mas consideramos que os instrumentos e investimentos enunciados nesta fase ficam aquém do necessário em termos de domínios de intervenção e de recursos financeiros.

A intervenção sobre algumas matérias estruturantes encontra-se ainda marcada por uma abordagem redutora (por vezes, ideológica) dos constrangimentos existentes. Veja-se, a título de exemplo, a centralidade dada à justiça económica e a secundarização de áreas como a justiça do trabalho, igualmente condicionadora da vida empresarial e das famílias. A eficácia e a eficiência do nosso sistema judicial não se esgota, e não pode esgotar-se, na justiça económica e para as empresas.

Essa é uma visão que a Comissão Europeia vem assumindo no quadro do Semestre Europeu, mas que não aceitamos que o Governo português aceite, subscreva ou sequer corrobore, expressa ou tacitamente.

Outro exemplo, a área da Saúde, relativamente à qual se verifica uma evolução face ao conhecido na versão provisória – a concretizar-se uma política de investimentos no SNS, ao integrar áreas especialmente críticas como a Saúde mental e os Cuidados Paliativos - mas onde a falta de ambição é visível, não só em termos financeiros, mas também no que concerne à intervenção em áreas estratégicas para o futuro, como a Inovação, a Saúde Pública (área cujas vulnerabilidades se encontram bem patentes com esta pandemia) ou a recuperação das listas de espera.

A UGT assinala ainda, com preocupação, a ausência de uma política estratégica e plurianual para os recursos humanos Não é suficiente criar infraestruturas; é urgente qualificar, recrutar e reforçar a capacidade de reter e atrair os melhores.

A estratégia para os recursos humanos na Administração Pública é um elemento estruturante de uma qualquer política de desenvolvimento e ainda mais de uma estratégia de recuperação e resiliência, sendo uma dimensão praticamente ignorada neste PRR. Questões como as carreiras profissionais, o recrutamento, os salários e condições de trabalho são determinantes para garantir uma verdadeira resiliência a crises futuras, para responder aos desafios digitais e ambientais e para alavancar o desenvolvimento económico e social do País.

Duas notas finais de carácter transversal:

1. Diálogo social e a participação dos parceiros sociais

O envolvimento e a participação dos parceiros sociais em todas as fases do processo (elaboração, implementação, acompanhamento de execução e avaliação dos resultados) e em todos os níveis de intervenção sindical (central, regional, local e sectorial), afiguram-se-nos essencial, **devendo a UGT registar que, até ao momento, o Governo envolveu pouco os parceiros sociais na fase de preparação.**

A UGT não deixará de dar o seu contributo no quadro da consulta pública em curso, **mas insta o Governo igualmente a concretizar a criação de um Grupo de Trabalho em sede de CPCS para aprofundar a preparação do PRR e do Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027),** conforme compromisso assumido em anterior reunião de concertação social.

Por outro lado, o Governo integra no documento um modelo de governação, prevendo que a participação dos parceiros sociais decorra por via da Comissão Nacional de Acompanhamento.

Esta solução suscita-nos algumas reservas.

Desde logo, por se tratar de um órgão com muitos membros, o que potencia constrangimentos ao trabalho de acompanhamento e avaliação da execução do PRR, um pouco à semelhança do que acontece com as Comissões de Acompanhamento dos Programas Operacionais.

Por outro lado, porque neste modelo de governação proposto, não há referência ao papel específico dos parceiros sociais *(relembramos que são 6 os parceiros sociais com assento na CPCS em Portugal)*.

E aqui devemos alertar que a própria Comissão Europeia, não tendo imposto uma regra obrigatória de consulta no quadro do PRR, como defendido pela CES - Confederação Europeia de Sindicatos - exige porém que os Governos reportem os procedimentos de consulta realizados junto dos parceiros sociais, conferindo-lhes assim um papel especialmente relevante no processo.

O diálogo social, nos seus diferentes níveis, é um elemento transversal e estruturante que não pode ser negligenciado pelo Governo português. A resposta ao “ raro repto “ da Comissão europeia por parte do Governo não pode ser formal ou diluidora da relevância do papel dos parceiros sociais na sociedade portuguesa

2. Os condicionalismos da Comissão Europeia para o acesso ao mecanismo de recuperação e resiliência e aos Fundos Comunitários

A UGT acompanhou as dificuldades de obtenção de um acordo sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência no quadro do Conselho Europeu, o qual só foi alcançado mantendo-se um conjunto de condicionalismos macroeconómicos na utilização dos recursos comunitários, com implicações nas opções estratégicas e de investimento assumidos pelos Governos.

Conforme já referimos, é essencial que estas condicionalidades não signifiquem, agora ou no futuro, uma pressão para o regresso a políticas de austeridade e venham limitar o acesso a fundos europeus, penalizando especialmente os Estados membros mais vulneráveis.

Nesse quadro, a UGT reitera o seu apoio ao Governo português quanto à necessária prudência na utilização dos empréstimos.

Mas devemos ir mais longe e, nesse sentido, a UGT insta o Governo a desenvolver, desde já, todos os esforços para que, ao nível comunitário, seja assegurada uma governação económica mais justa e adequada aos desafios da UE e à situação de cada um dos seus Estados-membros.

O regulamento relativo ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência publicado em janeiro, não obstante manter as condicionantes macroeconómicas e não sendo tão ambicioso quanto o movimento sindical desejava e os trabalhadores e cidadãos precisariam, registou melhorias em termos sociais, com introdução de referências, por exemplo, ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, à Igualdade de Oportunidades e à Igualdade entre homens e mulheres e ainda em termos ambientais. Não foi porém possível chegar a consenso quanto à introdução de uma “condicionalidade social” (garantia de justiça social e de adequadas condições de trabalho)” defendida pelos sindicatos.

Ainda assim, a UGT apela ao Governo para que o PRR possa assegurar, como regra geral e sempre que possível, aquela condicionalidade social, nos investimentos e programas a realizar, começando a trilhar caminho para que esta seja também uma realidade nos fundos comunitários.

O Secretariado Nacional da UGT, reunido em Lisboa, no dia 26 de Fevereiro de 2021, regista de forma positiva a consulta pública lançada pelo Governo sobre o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e insta a que, tal como o Governo determinou, como prioridade da sua Presidência da União Europeia, a implementação de uma AGENDA SOCIAL, vindo ao encontro das reivindicações da UGT e do movimento sindical europeu, que aplique no seu próprio País uma agenda Social, cujas preocupações a UGT elenca neste documento, como forma a dar respostas URGENTES E COERENTES às necessidades dos trabalhadores, das famílias e das empresas.

URGE preparar o desconfinamento gradual e prudente, repondo a economia a funcionar, MAS URGE, também, dar respostas sociais a quem recebe os seus salários e as suas pensões, valorizando os rendimentos e apoiando quem perdeu os seus empregos e quer regressar ao mercado de trabalho.

A UGT REIVINDICA AO GOVERNO UMA CLARA PRIORIDADE NA AGENDA SOCIAL INTERNA.

NINGUÉM PODE FICAR PARA TRÁS.

Aprovado por unanimidade e aclamação

O Secretariado Nacional

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2021